

**De:** Liz Cristina Pinto Duarte  
**Enviado em:** quarta-feira, 20 de novembro de 2019 14:07  
**Para:** 'Fabiana Machado Santos'; Licitação  
**Cc:** ADMVendasContratosPublicos  
**Assunto:** RES: Pedido de Impugnação - Pregão Eletrônico Nº 031/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2019  
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 01

1. Trata-se de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL apresentada pela empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., neste ato representado pela Sra. Fabiana Machado Santos.

2. Insurge-se a empresa, em síntese, contra as condições apresentadas no edital no tocante ao valor estimado da contratação, demonstrados na Tabela 1 do Anexo I que, a seu ver, contraria as disposições constantes do Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de Serviços de Vigilância no âmbito da Administração Pública Federal, para a unidade da Federação de Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, também anexo ao Edital.

3. Instada a se manifestar, a unidade demandante verificou que o valor estimado aceito pela Administração de R\$ 1.899.113,40 está de acordo com o valor registrado no Comprasnet e com o valor demonstrado no caderno técnico. Contudo, também verificou que foi apresentado como anexo XII do Edital o Termo de Referência 94, quando o correto seria o Termo de Referência 120.

Pois bem,

4. A princípio, o objeto deste certame já havia sido publicado em 09/10/2019 como Pregão Eletrônico n. 25/2019. Após a publicação da licitação, a unidade demandante tomou conhecimento da publicação do Caderno Técnico de Rondônia do ano de 2019, datado de 26/09/2019, onde estabelece os valores Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Vigilância, e solicitou suspensão da licitação para adequar os valores da contratação ao Caderno Técnico de 2019 e elaborar novo Termo de Referência com valores ajustados. A publicação da suspensão do Pregão Eletrônico n. 25/2019 ocorreu em 17/10/2019. Essa licitação foi republicada como Pregão Eletrônico n. 31/2019 e teve seu valor estimado publicado de maneira correta no Sistema Comprasnet, ajustado ao Caderno Técnico de Rondônia do ano de 2019. Observa-se que ocorreu um mero erro material, pois foi disponibilizado o Termo de Referência anterior de forma equivocada.

5. Trata-se, portanto, de mero erro material ao se juntar o TR antigo quando já havia TR novo. Esse mero erro é facilmente percebido ao se verificar que o valor registrado no sistema Comprasnet está correto e atualizado, de acordo com o caderno técnico vigente que também está anexo ao edital, além de estarem em consonância com os valores da CCT/2019. Não há alteração do objeto e nem dos demais elementos que integram o Edital (Caderno Técnico, Convenção e outros) e o valor atualizado de R\$ 1.899.113,40 não traz qualquer prejuízo às licitantes (posto que superior) nem ao certame.

6. Comprovado o mero erro material na juntada de apenas um dos anexos (estando os outros regulares) e diante da ausência de prejuízo evidenciada pelos valores corretos já registrados nos demais elementos do edital e no sistema Comprasnet, apenas será juntado o termo de referência com a adequada composição da planilha.

7. Diante de todo o exposto, na condição de Pregoeira, julgo IMPROCEDENTE a impugnação, pelos fatos e fundamentos expostos, posto tratar-se de mero erro material que não altera o objeto e não traz qualquer prejuízo. Assim, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Esta decisão será disponibilizada nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO (<http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2019/pregoes-eletronicos-2019>).

Porto Velho, 20 de novembro 2019.

Liz Cristina Pinto Duarte  
Pregoeira

**Liz Cristina Pinto Duarte**  
Seção de Licitações e Compras  
[licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br)  
[liz.duarte@tre-ro.jus.br](mailto:liz.duarte@tre-ro.jus.br)  
(69) 3211-2168



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

MISSÃO: Realizar Eleições e fortalecer a Democracia

VISÃO: Alcançar nível de excelência em Gestão Pública até 2015

VALORES: Acessibilidade, Eficiência, Ética, Inovação, Sustentabilidade e Transparência

**De:** Fabiana Machado Santos <Fabiana.Santos@segurpro.com.br>  
**Enviada em:** segunda-feira, 18 de novembro de 2019 16:45  
**Para:** Licitação <licitacao@tre-ro.jus.br>  
**Cc:** ADMVendasContratosPublicos <ADMContaspublicas@prosegur.com>  
**Assunto:** Pedido de Impugnação - Pregão Eletrônico Nº 031/2019

**AO**  
**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**  
Att. Seção de Licitação e Compras

**Ref. PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - Pregão Eletrônico Nº 031/2019**

Tendo nossa empresa total interesse na participação da licitação em epígrafe, apresentamos nosso pedido de Impugnação, conforme segue anexo.

À disposição,

Pede deferimento,



**Fabiana Machado Santos**

ANALISTA SR – Gestão de Contratos e Licitações

[Fabiana.Santos@segurpro.com.br](mailto:Fabiana.Santos@segurpro.com.br)

Office: (11) 3809-1252 | Mobile:

[www.segurpro.com.br](http://www.segurpro.com.br)

# COMPRASNET

## Pregão Eletrônico



**Impugnação 20/11/2019 15:32:30**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº. 031/2019 PROCESSO nº 0001287-72.2019.6.22.8000 SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A. sociedade empresarial, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, estabelecida na Avenida Ermano Marchetti, nº 1.435, 7º Andar, sala 02, Lapa, CEP: 05038-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.278.459/0001-82, por seu procurador infra-assinado, nos autos do Processo Licitatório em referência, vem respeitosa e tempestivamente, a presença de V.Sª, com fundamento no artigo 41, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, bem como demais preceitos legais pertinentes e aplicáveis à espécie, bem como demais preceitos legais pertinentes e aplicáveis à espécie, oferecer IMPUGNAÇÃO, consoante às razões de fato e de direito a seguir exposta: Cuida-se de pregão eletrônico objetivando "a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada – ostensiva, preventiva, diurna e noturna, para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis, fiscalização, execução de atividades internas e externas, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e bens materiais, operação de mecanismo de segurança, realização de rondas nas áreas externas e adjacentes e outras que lhe são afetas e que sejam necessárias para o alcance dos objetivos, concernente em 03 postos de serviço 12 x 36h diurno e 03 postos de serviços 12x36h noturno, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos.." 2 1. PRELIMINARMENTE DA TEMPESTIVIDADE É de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que protocolada dentro do prazo que prescreve o item 2.2 do Edital do referido Pregão Eletrônico. Destarte, em conformidade com os regramentos do instrumento convocatório em exame, a presente impugnação apresentada no dia 18/11/2019 afigura-se absolutamente tempestiva. 2. DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A PRESENTE IMPUGNAÇÃO ANEXO XII – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 94 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP – ITEM 5 – CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO A presente impugnação dirige-se contra as condições apresentadas no edital no tocante ao valor estimado da contratação, demonstrados na Tabela 1 deste Anexo, contrariando radicalmente as disposições constantes do Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de Serviços de Vigilância no âmbito da Administração Pública Federal, para a unidade da Federação de Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, anexo ao Edital. LEIA ATENTAMENTE ÀS DISPOSIÇÕES DO ÓRGÃO LICITANTE: "5.1 – VALOR ESTIMADO - Estima-se para esta contratação o valor de R\$ 1.802.745,69 (um milhão, oitocentos e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), demonstrados na TABELA 1. [Tabela] NOTE, que o item contraria as disposições do referido Caderno Técnico – Ministério da Economia SEGES - Rondônia, conforme demonstrado abaixo: [Tabela] O valor mensal/homem pelo Instrumento Convocatório, estabelece por exemplo, o limite de R\$ 9.434,01 para a vigilância diurna 12h/36h, e em contrapartida, o Caderno Técnico de Estudo sobre Vigilância para a federação de Rondônia, inclusive anexo ao Edital, estabelece R\$ 9.731,27 para o mesmo posto de trabalho, ou seja, o Edital estabelece valor menor que o mínimo estabelecido no Caderno Técnico! Por certo, notadamente o ÓRGÃO LICITANTE albergou em suas instruções editalícias valores distintos do Caderno Técnico na sua Composição de Custos e Formação de Preços. Vejamos alguns exemplos, quando comparado o Edital e o referido Caderno Técnico: [Tabela] Se considerarmos os valores acima apresentados, já veremos discrepância nos valores ref aos itens 2, 3 e 4 (em negrito), sem considerarmos ainda a ausência de custo para o item 7 – Rateio da Chefia de Campo no Instrumento Convocatório. Isso, sem compararmos a vigilância noturna, a qual também apresenta no Instrumento Convocatório, valor aquém do estabelecido no mesmo Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de Serviços de Vigilância no âmbito da Administração Pública Federal, para a unidade da Federação de Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Essa divergência nos valores acima demonstrados geram remunerações mensais contratuais aquém do mínimo estabelecido como exequível para execução do contrato. Esse aparente detalhe tem sido motivo de tantos problemas com as empresas de terceirização contratadas que, no curto, médio e longo prazos, não conseguem honrar os compromissos assumidos com os contratantes. Nos últimos anos, passaram a ocorrer com maior frequência problemas na execução desse tipo de contrato, com interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários de salários e outras verbas trabalhistas, trazendo prejuízos à administração e aos trabalhadores. A Lei 8666/93, em seu artigo 15, menciona que: Artigo 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...) V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. Assim, temos que, se mantido o Edital da forma que se encontra, o valor estimado para os referidos postos de trabalho será inexecutável, desrespeitando completamente os valores estipulados pela Administração Pública, conforme já demonstrado. Portanto, o Edital urge por reforma, visto que os preços estimados no Instrumento Convocatório não condizem com a prática de mercado e principalmente com os parâmetros utilizados e baseados pelo próprio Edital, quando menciona o Caderno Técnico de Estudo sobre os valores limites para a contratação dos Serviços de Vigilância, para a unidade de Rondônia. Afinal, o risco do negócio envolvendo o serviço licitado é constante e iminente. POR DERRADEIRO, EVIDENCIA-SE QUE a licitação irremediavelmente viciosa, frustra o intuito do legislador que, ao criá-la, assegurou a legalidade e a competitividade do certame, impondo à Administração Pública a verificação minuciosa sobre todos aspectos formais e de viabilidade na execução do contrato, no intento de evitar contratações que possam desencadear descumprimento de obrigações e responsabilidades em virtude da inexecutabilidade dos preços praticados. POR DERRADEIRO, PELOS ITENS ORA DISCUTIDOS PELA IMPUGNANTE, TEM-SE QUE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA FORMA ATUALMENTE REDIGIDA POR ESTE ÓRGÃO LICITANTE TRADUZ EM CONDIÇÕES DÍSPARES OS QUAIS NÃO PODEM PREVALECER, POIS ALIJA O CERTAME DE FORMA INJUSTIFICÁVEL À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS IDÔNEAS E PREOCUPADAS EM EXECUTAR O OBJETO PLEITEADO DE FORMA SATISFATÓRIA. 3. DO PEDIDO Requer seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, sendo analisados os pontos arguidos, e se faça a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade, que macule todo o procedimento que se iniciara e que enfim seja: I. Declarado nulo os itens atacados; II. Que o ÓRGÃO LICITANTE efetue ajustes no valor estimado para a contratação, baseando-se nos preços praticados pela Administração Pública; III. Que ocorra a republicação do edital, escoimado dos vícios apontados, reabrindo-se prazo inicialmente previsto, conforme §4º do art. 21 da Lei 8.666/93. Nestes termos, pede deferimento. São Paulo, 18 de Novembro de 2019. SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A Adriana Gomes Barbosa – Coordenadora - Gestão de Contratos e Licitações RG: 5.027.991 SDS/PE / CPF: 020.014.474-00 (Observação: A íntegra dessa Impugnação poderá ser consultada no site do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2019/pregoes-eletronicos-2019>)

**Fechar**

# COMPRASNET

## Pregão Eletrônico



**Resposta 20/11/2019 15:32:30**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2019 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 01 1. Trata-se de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL apresentada pela empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., neste ato representado pela Sra. Fabiana Machado Santos. 2. Insurge-se a empresa, em síntese, contra as condições apresentadas no edital no tocante ao valor estimado da contratação, demonstrados na Tabela 1 do Anexo I que, a seu ver, contraria as disposições constantes do Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de Serviços de Vigilância no âmbito da Administração Pública Federal, para a unidade da Federação de Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, também anexo ao Edital. 3. Instada a se manifestar, a unidade demandante verificou que o valor estimado aceito pela Administração de R\$ 1.899.113,40 está de acordo com o valor registrado no Comprasnet e com o valor demonstrado no caderno técnico. Contudo, também verificou que foi apresentado como anexo XII do Edital o Termo de Referência 94, quando o correto seria o Termo de Referência 120. Pois bem, 4. A princípio, o objeto deste certame já havia sido publicado em 09/10/2019 como Pregão Eletrônico n. 25/2019. Após a publicação da licitação, a unidade demandante tomou conhecimento da publicação do Caderno Técnico de Rondônia do ano de 2019, datado de 26/09/2019, onde estabelece os valores Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Vigilância, e solicitou suspensão da licitação para adequar os valores da contratação ao Caderno Técnico de 2019 e elaborar novo Termo de Referência com valores ajustados. A publicação da suspensão do Pregão Eletrônico n. 25/2019 ocorreu em 17/10/2019. Essa licitação foi republicada como Pregão Eletrônico n. 31/2019 e teve seu valor estimado publicado de maneira correta no Sistema Comprasnet, ajustado ao Caderno Técnico de Rondônia do ano de 2019. Observa-se que ocorreu um mero erro material, pois foi disponibilizado o Termo de Referência anterior de forma equivocada. 5. Trata-se, portanto, de mero erro material ao se juntar o TR antigo quando já havia TR novo. Esse mero erro é facilmente percebido ao se verificar que o valor registrado no sistema Comprasnet está correto e atualizado, de acordo com o caderno técnico vigente que também está anexo ao edital, além de estarem em consonância com os valores da CCT/2019. Não há alteração do objeto e nem dos demais elementos que integram o Edital (Caderno Técnico, Convenção e outros) e o valor atualizado de R\$ 1.899.113,40 não traz qualquer prejuízo às licitantes (posto que superior) nem ao certame. 6. Comprovado o mero erro material na juntada de apenas um dos anexos (estando os outros regulares) e diante da ausência de prejuízo evidenciada pelos valores corretos já registrados nos demais elementos do edital e no sistema Comprasnet, apenas será juntado o termo de referência com a adequada composição da planilha. 7. Diante de todo o exposto, na condição de Pregoeira, julgo IMPROCEDENTE a impugnação, pelos fatos e fundamentos expostos, posto tratar-se de mero erro material que não altera o objeto e não traz qualquer prejuízo. Assim, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Esta decisão será disponibilizada nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO (<http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2019/pregoes-eletronicos-2019>). Porto Velho, 20 de novembro 2019. Liz Cristina Pinto Duarte Pregoeira

Fechar